Assembleia Municipal de Caminha

ATA Nº 03/13-17

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

2014/01/03

Aos três dias do mês de janeiro de dois mil e catorze, no Edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de Caminha.

Às 21H15M, o **Presidente, Luís Augusto Pestana Mourão,** abriu a Sessão saudando todos os presentes.
Estavam presentes todos os elementos do PS, CDU e PSD num total de 35 elementos.
Foi entregue ao Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em cumprimento do disposto no n.º 2, do artigo 47º e do n.º 1, do artigo 51º, do Regimento deste Órgão, a comunicação de impossibilidade de presença e respetivo pedido de substituição, do Senhor(a) Deputado(a):

- Júlia Paula Costa, eleita pelo Partido Social Democrata, que foi substituída por Vanda Pego;
- Vanda Pego, eleita pelo Partido Social Democrata, que foi substituída por Luciano Santos;
- Narciso Correia, eleito pelo Partido Social Democrata, que foi substituído por Clemente Pires
- Jorge Paulo de Sá Alves, eleito pela CDU, que foi substituído por Joaquim Celestino Simões Ribeiro

O **Senhor Presidente da Mesa** leu um pedido de alteração à ordem de trabalhos entregue pelo Senhor Deputado Celestino Ribeiro da CDU:

"**PROPOSTA DE ALTERAÇÃO À ORDEM DE TRABALHOS**

Exmo. Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Caminha,

Cumpre-nos, em nome do grupo de eleitos da CDU – Coligação Democrática Unitária, solicitar a V. Exa. a alteração à ordem de trabalhos introduzindo o seguinte ponto:

f) Proposta de alteração à constituição do grupo de trabalho para elaborar o projeto de regimento da Assembleia Municipal.

Esta pretensão prende-se com a urgência, por nós considerada, do tratamento deste ponto, numa assembleia que tem reunido apenas extraordinariamente, tal como hoje acontece.

Detém V. Exa. capacidade para propor alteração à ordem de trabalhos, esperando que o sentido democrático vigore e oriente as decisões de todos os eleitos municipais e presidentes de junta."

Seguidamente propôs à consideração da Assembleia se deveria ou não aceitar a proposta.

O **Senhor Deputado Rui Taxa do partido Social Democrata** saudou todos os presentes, disse que em seu nome pessoal e da bancada que representa que não se opõem à introdução deste ponto na ordem de trabalhos para discussão, votarão favoravelmente corrigindo assim um lapso.

O **Senhor Deputado Celestino Ribeiro da CDU** aproveitou este momento para felicitar o Senhor Presidente pela sua eleição, felicitou-o também por ter conseguido a inclusão de um ponto na ordem de trabalhos. Explicou que a CDU entendeu que na última Assembleia Extraordinária quando se elegeram os nomes para integrar as comissões, por lapso não foi incluído um elemento da CDU para a discussão da revisão do regimento, apenas pretendem corrigir esta situação.

O **Senhor Deputado Manuel Falcão do Partido Socialista** saudou todos os presentes e explicou que foi efetivamente um lapso e é legítimo que a CDU

integre a Comissão de Revisão do Regimento. Afirmou que o grupo do PS votará favoravelmente à integração da proposta na ordem de trabalhos e votará também a favor da integração de um membro da CDU na Comissão de Revisão do Regimento.

A proposta foi votada e aprovada por unanimidade.

O **Senhor Presidente da Mesa** leu a Ordem de Trabalhos, que a seguir se transcreve:

1º - Período de Intervenção do Público.

2º - Período da Ordem do Dia:

a) Aprovação da ata da sessão de 22 de novembro 2013;
b) Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2014 (Anexos: mapa de Pessoal);
c) Regulamento Provedor do Munícipe de Caminha;
d) Criação do Provedor do Munícipe de Caminha;
e) Autorização para abertura de Procedimentos e Ratificação;

1.º - PERIODO DE INTERVENÇÃO DO PUBLICO

Não houve intervenções.

2.º– PERÍODO DA ORDEM DO DIA

a) Aprovação da ata da sessão de 22 de novembro 2013

O **Senhor Deputado Rui Taxa do partido Social Democrata** saudou todos os presentes e disse que todas as suas intervenções passariam a ser escritas e entregues.

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

O **Senhor Deputado Celestino Ribeiro da CDU** fez declaração de voto e disse que a sua abstenção se deve ao facto de não ter estado presente na última assembleia.

A **Senhora Deputada Liliana Gomes do Partido Social Democrata** fez declaração de voto e disse que a sua abstenção também se deve ao facto de não ter estado presente na última assembleia.

O **Senhor Deputado Rui Taxa do Partido Social Democrata** fez interpelação à mesa, sugeriu que fosse entregue a cada bancada um exemplar da informação escrita em papel da documentação para a Assembleia; sugeriu também que as próximas Assembleias fossem marcadas para as 21h15, com tolerância de 15 minutos de modo a que os trabalhos tivessem início às 21h30; sugeriu também que, no início de cada sessão fosse feita a leitura da ordem de trabalhos.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 33 votos a favor, 0 votos contra e 2 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

b) Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2014
(anexos: Mapa de Pessoal)

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de dezoito de dezembro de dois mil e treze, relativa às **"Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2014 (Anexo: Mapa de Pessoal) ",** conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, aprovar as opções do Plano e a proposta de Orçamento, **propõe-se** que este órgão deliberativo aprove as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2014 (Anexo: Mapa de Pessoal) ".

O **Senhor Presidente** saudou todos os presentes e leu:

"Em primeiro lugar, quero cumprimentar os senhores deputados e todos aqueles que aqui estão – Bom ano!

Em segundo lugar, cumprimentar aqueles que nos ouvem e vêm em casa: este é o cumprimento de mais um compromisso eleitoral – transparência, cidadania, direito à informação.

Depois cumprimentar o Vereador Rui Teixeira que se empenhou pessoal e especialmente neste documento mas, sobretudo, aos trabalhadores da Câmara Municipal que deram o máximo para criação desta proposta e fizeram-no sem mácula, praticamente sem erros (o que é caso raro num documento desta complexidade) e com enorme profissionalismo e qualidade. Agradeço especialmente aos técnicos superiores Sandra Ferreira e João Fernando Sobral bem como aos técnicos da equipa multidisciplinar e da contabilidade que acompanharam a elaboração desta proposta de orçamento recolhendo dados e informações para a Auditoria feita a alguns aspetos de funcionamento da Câmara Municipal entretanto já terminada.

A proposta de Orçamento que o Município apresenta para 2014 define-se pelo:

Rigor

Realismo

Resistência

Rigor porque este é um orçamento que gere com cuidado cada cêntimo do erário público, porque não desperdiça mas contém, porque não tem alçapões: é transparente;

Realista porque não vive de nenhuma fantasia, porque se sustenta na verdade da atual situação financeira da Câmara, porque não imagina uma receita impossível, antes adequa a despesa a uma receita previsível, realista porque tem em conta a difícil situação que o país atravessa;

Resistência, porque este é um orçamento de uma Câmara financeiramente debilitada, um orçamento que a protege e prepara para enfrentar novos desafios, porque apela a uma dinâmica de atividades e programas que pretendem ajudar as nossas empresas a resistir às dificuldades mas, sobretudo, porque este é o orçamento da descida de impostos que ajuda as famílias do nosso concelho.

Este Orçamento tem uma história, a história da atual e verdadeira situação financeira da Câmara Municipal de Caminha. E tem circunstâncias, as que decorrem da crise económica e financeira do país, das dificuldades das famílias e empresas do concelho e dos cortes financeiros que o Estado impõe já para 2014.

Comecemos pela história:

A Câmara Municipal tem uma dívida global de 16,6 M.

Uma dívida que não tem em conta a totalidade das rendas que temos que pagar por conta da PPP das Piscinas de Vila Praia de Âncora que acrescenta mais 19M àquele montante.

Uma Câmara Municipal com uma dívida de curto prazo reconhecida de 3,36 M mas que segundo a Auditoria que esteve em curso deverá ter uma dívida a curto prazo na ordem dos 4,9M

Uma Câmara Municipal que previu uma receita de quase 24M para o ano de 2013 mas que assumiu compromissos até Julho de quase 27 Milhões de Euros.

Uma Câmara Municipal com fundos disponíveis negativos desde Julho de 2013 (-1,9M) e em Agosto (-3,8M) e em Setembro (-3,5M).

Uma Câmara Municipal que violou a Lei dos Compromissos em 3 meses consecutivos colocando sob responsabilidade civil e criminais os seus responsáveis.

Uma Câmara Municipal que tinha uma obrigação legal de diminuir os seus quadros em 2% este ano e que o aumentou o número de trabalhadores por tempo indeterminado de 251 para 286.

Uma Câmara Municipal que, neste momento, porque cumpre a Lei do Estado, e até a aprovação deste Orçamento não tem mesmo, e esta não é uma metáfora, dinheiro, nem um cêntimo, para assumir o compromisso de comprar um prego.

Esta é a história que nos traz até aqui.

Vamos às circunstâncias:

Derrama a zero – perda de receita de 135 mil euros, mais ou menos

Redução na receita do IMI – perda da receita em 150.000 euros

Redução na receita do IMT

Dificuldade na cobrança de taxas e emolumentos por força da deficitária situação económica do país.

Aumento das despesas com pessoal na exata medida do aumento do número de trabalhadores que integram o quadro da Câmara Municipal

Cortes nas transferências do Estado

Receita muito condicionada: só as rendas das PPP (no próximo ano obrigam a uma disponibilidade de 790 mil euros) consomem 40% do IMI que as pessoas do nosso concelho pagam num ano; só o pagamento integral do montante em que a Câmara foi condenada no processo judicial que tinha como contraparte do Dr. Dionísio Marques consome a totalidade de todo o montante pago, numa ano, pelo Município, a título de taxas, emolumentos e multas.

Primeira obrigação: Elaborar um Orçamento adequado à realidade

Orçamento de 20,2 milhões de euros: menos 3,7 milhões de euros do que no passado, ou seja, menos 15%.

Como?

Pela contenção no investimento em edificado;

Pela racionalização de despesa dos diversos serviços, sobretudo os menos operacionais;

Pela aposta na criação de riqueza que possa incrementar a atividade económica.

Grandes números:

A Câmara Municipal tem obrigação de fazer escolhas e elas são feitas neste orçamento:

O Orçamento configura um corte de 15% relativamente ao ano anterior.

Este corte envolve o esforço da maioria dos serviços da Câmara.

Há, de todo o modo, 3 áreas que queremos destacar:

Duas, porque nelas há um reforço da aposta da Câmara: Ação Social e Educação.

Dada a situação de fragilidade da nossa comunidade, a Câmara Municipal apesar das dificuldades cria com este investimento um Fundo de Emergência Social no valor de 150.000 euros. Assume os compromissos anteriores e prepara uma almofada social que permite socorrer situação de emergência e absoluta dificuldade.

Uma novidade é a criação de um programa de habitação social assente no arrendamento. Outra é o desenvolvimento de um Projeto Municipal Integrado de Promoção do Envelhecimento Ativo.

A Educação também cresce a despesa. Opção estratégica.

A terceira área é a das freguesias. No meio desta tempestade, a Câmara mantém os valores globais de transferências para as freguesias, podendo algumas ter perdas nas transferências correntes mas ganhos nas transferências de capital. Esta é uma rubrica onde se assume alguma incerteza em virtude da aplicação da nova Lei de Competências que atribui várias

competências próprias às Freguesias sem o indispensável apoio financeiro, o que poderá colocar novos problemas a curto prazo a necessitar de intervenção da Câmara.

Este Governo ataca o poder local e agora, de certo modo, num erro tremendo, coloca as Freguesias nas mãos da Câmara Municipal. Daí a prudência na previsão.

Mas a Câmara também tem que racionalizar, apontar caminhos, fazer o seu próprio esforço para libertar as famílias de o fazer. Destacam-se:

1 - Corte de 10% generalizado a todos os prestadores de serviços, a negociar para os que têm contratos em vigor, a exigir, como mínimo, para os contratos a celebrar

2 – Corte de 20% em publicidade – cartazes, panfletos, separatas de jornais, publicidade na rádio e televisão

3 – Corte de 20% em comunicações – internet, telefone e outras

4 – Corte de 30% em estudos e pareceres

Estes cortes aproximam-se dos 200.000 euros permitindo, compensar assim, a descida na taxa do IMI.

Para acompanhar este esforço de racionalização e, eventualmente, reforçá-lo no exercício que se segue, vai ser criado um sistema de contabilidade analítica por atividades. Quer se acredite, quer não, a Câmara não sabe quanto é que gasta em cada uma das suas atividades por causa da proliferação de rubricas abstratas.

Vamos ainda conter a aposta nos investimentos no edificado:

Corte de 1/3 nos investimentos em grandes obras, baixando um orçamento de 6,7 milhões para 4 milhões, para acorrer às obras que já foram lançadas, aquelas que se preveem lançar e às obras em curso.

Falamos da biblioteca, da ecovia, do mosteiro de S. João de Arga, do investimento ligado ao saneamento sul do Vale do Âncora, do Pinhal da Gelfa e Camarido e da Marginal de Caminha com o Mercado.

Vamos também dar o exemplo na Cultura e no Turismo de modo a provar que é possível fazer mais com menos dinheiro.

Na Cultura e Turismo haverá um corte global de 15% na despesa sem que deixe de existir nenhum evento ou atividade considerada fundamental. Pelo contrário: haverá mais atividades e com melhor nível.

Novidades:

1 – Festival de Vilar de Mouros

2 – Programa "Viagens à Terra Nova" em Vila Praia de Âncora – e estamos a preparar mais 2 atividades já para este ano, em Vila Praia de Âncora, uma associada a um encontro de Jogos Tradicionais que junta gerações e outra que pretende reavivar a antiga Feira da Lagarteira ou das Trocas

3 – Programa "Caminha de Santiago" com ligações à Galiza que se consolidarão na participação de uma iniciativa de A Guarda que percorrerá Caminha e o Município galego desde a cividade até à fronteira norte com o Rosal

4 – Projeto de intervenção global na comunidade com envolvimento das associações e liderança do Maestro Rui Massena.

E muitos outros: vejam-se como é possível fazer muito com um investimento comedido – programa extraordinário de Natal e passagem-de-ano com o envolvimento das instituições locais e parceria com o Movimento de Empresários do Concelho de Caminha que foi sinalizado em muitos meios de comunicação social nacionais e trouxe resultados muito positivos para a economia local (indicação de superação das expectativas nos bares e restaurantes e taxa de ocupação de 80% a 100% nas principais unidades hoteleiras de Caminha)

Este é, por isso, um Orçamento de muita exigência.

É um orçamento que diz basta à demagogia que fantasia mas não corresponde com fatos.

É um orçamento que assenta os pés na terra e não embarca em truques de contabilidade que dão em sacos virtuais de milhões, de pelo menos 2 milhões.

É um orçamento que sendo um marco, pela diferença que deixa, não é ainda estratégico mas é o da mudança: Como se a Câmara Municipal fosse um carro desgovernado em direção ao um muro de betão, primeiro devemos parar o carro para depois mudar de direção, primeiro paramos e depois mudamos de direção.

É para este orçamento que pedimos o apoio desta Assembleia, dos senhores deputados e dos Presidentes das Juntas.

Este é um orçamento difícil para a Câmara e para os seus trabalhadores mas é um orçamento que aceitamos em prol do desenvolvimento da nossa terra e da melhoria de condições de trabalho das empresas e das condições de vida das pessoas."

O **Senhor Deputado Rui Taxa do Partido Social Democrata** leu:

"Sr. Presidente,

Acho que V. Exa. se encontra aflito, porque tem entre mãos um dilema sério para resolver!

Dilema que V. Exa. criou, e que é fruto das suas palavras e ações.

V. Exa. efetuou uma campanha eleitoral carregada de promessas!

Promessas que querer cumprir, mas não sabe como fazê-lo!

Como sabe, numa câmara é importante equilibrar as despesas com as diversas fontes de financiamento.

Acontece que V. Exa. está a dispensar fontes de financiamento.

Ao prescindir da Derrama, ao baixar o IRS, ao baixar o IMI 0,09% - e não 0,25% como prometeu ao seu eleitorado- V. Exa. está a menosprezar a possibilidade de arrecadar quase 1 milhão de euros, para os cofres da Câmara Municipal de Caminha.

E assim, não tem dinheiro para poder cumprir o que prometeu.

Mas V. Exa., numa manobra de político, está a tentar dar a volta ao problema. Como? De uma forma simples.

V. Exa. manda auditar as contas do executivo anterior e, ainda antes das conclusões, já coloca a circular o rumor que a câmara de Caminha já está falida em 16,6 milhões.

Rumor que é amplificado por todo o concelho, pela máquina socialista e pela imprensa socialista que V. Exa. domina.

E dando a ideia de que a câmara está falida, que tem um buraco monumental, V. Exa. fica com argumento que não pode fazer obra.

Que não pode cumprir o que prometeu em Campanha Eleitoral!

E assim branqueia o seu manifesto Eleitoral e todas as suas promessas eleitorais. Cerca de 3 meses após as eleições autárquicas, V. Exa. coloca "o conta-quilómetros" a zero! Por aqui se pode ver que em política vale tudo! Até a demagogia! Que vale a pena prometer, mesmo sabendo que nunca se cumprirá!

O que V. Exa. não disse, porque não lhe convinha, é que não é só a câmara de Caminha que tem divida a longo prazo.

Todas as Câmaras do Distrito de Viana do Castelo – incluindo as Câmaras Socialistas – têm dividas a longo e curto prazo.

Todas!

E por esse Portugal abaixo, a situação é idêntica! E sabem porquê? Porque a Lei permite! Até x%, dependendo de Câmara para Câmara.

E todos os Presidentes de Câmara endividam as suas respetivas Câmaras, quase até ao limite que a Lei permite, porque é a única forma de poderem arranjar dinheiro para efetuarem investimento. Para poderem fazer a sua obra! Para cumprirem as suas promessas eleitorais! Tudo, com conhecimento e autorização do Tribunal de Contas. O único que pode auditar as contas de uma autarquia de uma forma imparcial e inquestionável!

Usando-se vários instrumentos de trabalho – tal como o POCAL – que clarifica todos os procedimentos, tornando-o transparente, e impedindo que qualquer Presidente de Câmara entre em devaneios de endividamento excessivo!

Tudo publicado nos órgãos próprios e acessíveis pela Internet qualquer munícipe.

Sr. Presidente,

Não se esqueça que herdou da sua antecessora, um património de 57 milhões de euros.

Património conseguido ao longo de 12 anos.

Herda um concelho com o 2º melhor índice de Poder de Compra da Comunidade Intermunicipal do Alto Minho.

Herda um concelho que se situa em 2º lugar quanto à melhor qualidade de vida da CIM.

Seria desejável que, na hora da sua despedida, pudesse pelo menos duplicar o património agora recebido.

Mas não me parece que assim vá acontecer.

Pela análise do seu Plano de Investimentos e Orçamento para 2014, verifica-se que o seu executivo tem medo de investir.

E sem investimento, não há progresso.

O concelho vai parar e regredir.

Aliás, já está parado!

Por estas razões sou obrigado a votar contra.

Aconselho a Bancada do PSD, assim como todos os restantes grupos políticos presentes, me acompanhe neste meu gesto."

O **Senhor Deputado Manuel Carlos Falcão do Partido Socialista** saudou os presentes e disse que o Senhor Deputado Rui Taxa confunde o que é um programa eleitoral para 4 anos com um programa eleitoral que, ao que parece, deveria estar concretizado num ano e isso é impossível. Referiu que todos são confrontados, diariamente, com as dificuldades que assolam o Estado, a administração local, as pessoas, os cidadãos, as famílias com casos dramáticos que todos conhecem e contactam. Referiu que o Senhor Deputado Rui Taxa parece viver numa realidade diferente; antecipar receitas seria

contrair novos endividamentos e este orçamento não deve ser disso exemplo já que devem ter noção das reais capacidades sendo realistas com o que têm. Afirmou que as propostas eleitorais que foram sufragadas serão cumpridas em 4 anos, não em 77 dias que é o tempo que decorreu desde a tomada de posse a 18 de outubro, nem no prazo de 1 ano. Este orçamento é o início. Disse que a pergunta a fazer é se o património que o concelho tem de 57 milhões de euros é rentável, já que, se esse património gerasse receita, seria muito fácil gerir; disse que este orçamento aponta para um caminho de realismo.

Seguidamente leu:

"1º Felicitar o Sr. Presidente da Câmara Municipal e os Senhores Vereadores pela coragem em apresentar uma proposta de orçamento que, tal como se diz no documento que foi distribuído a todos os deputados municipais, se pauta pelo rigor, realismo e resistência.

Um orçamento que:

- Não entra em facilitismos ou populismos fáceis;
- Representa a consciência e responsabilidade de quem sabe que está a gerir os recursos que são de todos nós.

2º Recursos que todos nós já entendemos que são reduzidos, escassos e limitados, fruto das politicas e opções erradas e irresponsáveis do passado, fruto das politicas e opções erradas e irresponsáveis do passado, que colocaram o município numa situação de verdadeiro alarme financeiro, com um passivo de mais de 30.000.000, 00€ e com fundos disponíveis negativos de cerca de 2,5 milhões de euros.

Pena foi que o anterior executivo não tivesse tempestivamente dado conta de que as suas politicas e opções, nomeadamente, na área financeira estavam a fazer derrapar o município para a rutura nas contas e que só tardiamente tivesse dado sinais de pretender inverter este rumo no dia anterior ao da tomada de posse, através de estorno, ou seja, anulação de faturas no valor de mais de um milhão de euros, como já foi pelos próprios publicamente reconhecido e confessado e amplamente difundido.

Se a tudo adicionarmos a crise económica e financeira do país, com o governo a impor, cumulativamente com os dos anos anteriores, novos cortes para este ano de 2014, designadamente, nas transferências para as autarquias, entendemos porque é que este orçamento é um orçamento de rigor e realismo.

Não é certamente, o orçamento que se desejaria apresentar, um orçamento que contemple já de um modo tão firme como se desejaria a estratégia de desenvolvimento que se pretende para o nosso concelho e que foi sufragada pelos munícipes no ato eleitoral do dia 29 de setembro de 2013, mas é um orçamento de responsabilidade, de seriedade e de honestidade, que se impõe a quem gere e dirige os destinos coletivos e abraça a causa publica com o único intuito de a servir.

Mas este orçamento, sendo de rigor e realismo, é também um orçamento de resistência, um orçamento que tem como preocupação fundamental as pessoas, as famílias, as freguesias, a educação, as associações e o apoio aos nossos empresários, através da previsão de medidas destinadas à retoma da economia local.

É o orçamento do corte dos impostos, com a consequente redução da receita municipal, cujos ónus a câmara municipal decidiu em boa hora que nela se refletissem em beneficio dos munícipes que veem dessa forma os seus orçamentos familiares mais desafogados.

É o orçamento da redução da despesa, nomeadamente, em setores da atividade e serviços municipais menos operacionais, menos produtivos e que não se traduzem diretamente no incremento do bem-estar da população (como sejam o investimento em estudos, pareceres, comunicações, nos encargos com prestadores de serviços e publicidade, que em orçamentos anteriores atingiram valores avassaladores e incomportáveis).

É o orçamento que prevê um fundo de emergência social no valor de 150.000,00 para atender às necessidades reais das famílias carenciadas na satisfação das necessidades básicas.

É o orçamento do programa de habitação social assente no arrendamento e do projeto municipal e integrado de promoção do envelhecimento ativo.

É o orçamento do incremento da despesa com a educação, através da promoção e apoio de iniciativas nesta área nomeadamente às AEC's e ATL's.

Mas é também o orçamento das freguesias, não obstante as incertezas decorrentes do novo quadro de competências criado pela nova lei das autarquias locais.

De qualquer modo o compromisso assumido é o de apoiar as freguesias, seja por virtude de transferências correntes, seja através de despesas de capital, trata-las de modo igual independentemente da cor partidária dos seus executivos, para que as freguesias recebam doravante o que lhes pertence e não aconteça o que aconteceu no passado, e que se encontra traduzido na divida da câmara municipal às freguesias na ordem dos 230.000,00€, com referência à data da tomada de posse do atual executivo, 18 de outubro de 2013.

Mas estes objetivos programáticos não vão impedir o investimento em obras que se consideram importantes para o concelho de Caminha, algumas aliás, já a concurso, como sejam a biblioteca, a ecovia do rio Minho, o Mosteiro de S. João d'Arga, o saneamento sul do Vale do Âncora, do Pinhal da Gelfa, do Pinhal do Camarido, da Marginal e Mercado de Caminha. Registamos também com agrado a previsão orçamental para o parque industrial de Argela-Vilar de Mouros, valorização do nosso espólio arqueológico e criação e potenciação da marca Serra d'Arga.

E é também, o orçamento da cultura e do turismo, com novas iniciativas, que estamos certos que constituirão um êxito, sublinhando aqui, a retoma do nosso saudoso Festival de Vilar de Mouros a par de outras que são absolutas inovações, nomeadamente, a Viagens à Terra Nova que exultará as viagens dos pescadores de Vila Praia de Âncora à Terra Nova na faina da captura do Bacalhau, que constitui também uma tardia mas justa homenagem a estes profissionais e a Caminha de Santiago destinada a promover a imagem de

excelência do percurso do caminho de Santiago no nosso concelho e que promoverá a nossa terra junto dos peregrinos, aquém e além-fronteiras.
Saudar o reinicio do diálogo com La Guardia, numa cumplicidade sã e sem preconceitos, com a qual todos temos a ganhar e que determina, desde já, que aquele município galego inicie o pagamento no corrente mês de janeiro, da quantia devida ao nosso município.
Aqui chegados, sublinhamos que este é o orçamento que começa a dar corpo à concretização das propostas apresentadas pelo partido socialista nas ultimas eleições autárquicas e que foi sufragado pelos nossos munícipes.
São estas as razões que fundamentam o voto favorável dos deputados do partido socialista a esta proposta."

O **Senhor Deputado José Luís Lima do partido Social Democrata** saudou todos os presentes e leu:
"Ao iniciar esta minha intervenção, do ponto de vista politico, sobre a proposta do Plano de Atividades e Orçamento para 2014 gostaria de manifestar a minha indignação pela sua fraqueza argumentativa e repudiar a linguagem nele utilizada, uma vez que esta deve ser dirigida a todos os munícipes e não apenas para os apoiantes do partido socialista.
O PS desculpando-se que o "orçamento não evidencia ainda a mudança estrutural e de visão que este executivo pretende incutir no concelho de Caminha", faz um Plano de Atividades e Orçamento para 2014 à pressa!
Depois, dedicam algum texto àquilo a que chamam as linhas de desenvolvimento estratégico dizendo que "nos próximos anos é preciso afirmar uma visão clara do que deve ser o futuro de Caminha".
Até parece que o concelho de Caminha, antes da chegada deste executivo, era um concelho escondido numa concha!
O concelho de Caminha estava à frente da maioria dos municípios socialistas do nosso distrito, por isso não vale a pena esconder a realidade, negando evidências e desvalorizando todas as obras dos últimos 12 anos. Não queiram

omitir os investimentos REGISTADOS NO PATRIMONIO MUNICIPAL, que de 2002 para 2012 aumentou cerca de 57 milhões de euros!

Caminha viu aparecer campos relvados, piscinas, cineteatros, ecovias, ruas pedestres, foram renovados parques de estacionamento, praças, pavilhões, quartéis, polidesportivos, fez-se saneamento, obras por freguesias, jardins-de-infância novos e outros requalificados, centros escolares e monumentos devolvidos à população como é o caso da torre do relógio. A aquisição de património edificado como as casas Sidónio Pais ou Ventura Terra, e até a adaptação do antigo hospital foi uma obra do PSD e que este executivo não valoriza, parecendo que tudo isto caiu do céu!

Nunca é demais dizer que as obras estruturantes como a abertura da via que liga Azevedo a Orbacém, a estrada das Argas, a requalificação das muralhas de Caminha e os dois jardins públicos, foram obras de importância vital para se obter o reconhecimento publico e Caminha ser classificada como o 2º Concelho do Alto Minho com melhor qualidade de vida, e o 2º com o melhor índice de poder de compra.

Este documento ficou tão aquém do prometido que até é confrangedor. Afirmam que vão potenciar as oportunidades do próximo quadro comunitário e dizem que vão apresentar projetos na área da economia, da modernização, da inovação e do empreendedorismo com a finalidade de voltar a trazer emprego…isto não passam de palavras ocas já que nada no documento é sustentável ou sustentado porque simplesmente não inova, não prevê, não investe e não compra NADA.

Não passa de um documento que parece ter sido elaborado numa mesa de café, com um simples computador, aumentando aqui e diminuindo acolá o orçamento elaborado para 2013.

Aliás, senhores deputados, este documento consegue dizer isto:"…apostaremos também na requalificação e reabilitação urbana, na regeneração do património abandonado ou em degradação…" como se não

tivesse sido a Câmara PSD que fez o maior esforço no apoio à reabilitação urbana aprovando para 2013.

Aliás, senhores deputados, este documento consegue dizer isto: "…apostaremos também na requalificação e reabilitação urbana, na regeneração do património abandonado ou em degradação…" como se não tivesse sido a Câmara PSD que fez o maior esforço no apoio à reabilitação urbana aprovando para 2013 a redução em 50% das taxas de licenciamento em todas as intervenções, em todas as freguesias. Mais: foram os executivos PSD que mais apoiaram a regeneração do património, caso de todas as obras que já referi, sem esquecer o Forte do Cão, entregue à JF de Âncora e o Forte da Lagarteira onde o Município se empenhou e garantiu as intervenções mínimas para o tornar utilizável sempre que há necessidade de um evento.

E mais teriam feito se o Governo PS não tivesse impedido o executivo caminhense de utilizar financiamentos aprovados que permitiam iniciar os procedimentos concursais ao reduzir quase 50% a nossa capacidade de endividamento, no orçamento de 2011, indexando-a aos valores utilizados até setembro de 2010.

Da lista dos Eventos e atividades previstos, é com satisfação que vemos um conjunto deles nascerem na era da gestão PSD, ou seja, PS…nada de novo! O festival de Vilar de Mouros foi uma aposta PSD que no seu Plano de Atividades para 2013 colocou 60.000€, o que significa que iria manter o apoio para 2014. O PS fez chacota com a escolha do promotor e depois anuncia não sei bem o quê e inscreve apenas 10.000€ em PA. Isto, senhores deputados, não é seriedade política. Uma novidade é a Viagem à Terra Nova, mas para quem discordava da promoção da feira medieval no Brasil…vou ali e já venho.

Depois, e porque é hilariante, elencam as atividades desportivas, com especial destaque…e omitem as atividades regulares das provas de natação da piscina! Não querem nada com a piscina? Então também não devem querer com o Futebol, uma vez que voltam a omitir qualquer referência aos torneios de futebol que acontecem tanto no campo do Ancorense, como no Morber. Em

relação ao hóquei, não vejo qualquer tipo de apoio para um projeto de melhoramento do pavilhão do Ancorense, clube que trouxe a modalidade para o concelho de Caminha, onde também nasceu a Juventude de Viana, e é novamente através do Ancorense que a modalidade reapareceu, utilizando para isso as renovadas instalações do pavilhão de Vila Praia de Âncora. Tendo Caminha alguma história no andebol não se percebe também como não relevam essa vontade de apoiar um clube do concelho para que este tipo de desporto recomece, uma vez que os pavilhões estão em vias de conclusão de obras de requalificação e o executivo anterior passou a isentar de taxas de utilização todas as coletividades que tenham formação!

Foi por esquecimento, ou desconhecimento da realidade desportiva do Concelho de Caminha dos últimos 12 anos, que vos fez omitir a prática destas atividades desportivas?

Digníssima Assembleia, este Plano de Atividades e Orçamento, é a contradição total das promessas que este executivo fez para o concelho de Caminha."

A **Senhora Deputada Lilita Gonçalves do Partido Social Democrata** saudou os presentes e leu:

"O orçamento Municipal é um instrumento de gestão fundamental, onde se pretendem converter as intenções que figuram no Planos Plurianuais de Investimento e de atividades Municipais, em realizações, através de afetação de meios financeiros necessários, dai, esta minha intervenção focar-se na parte financeira.

Na pág. 6 do PPI, afirmam que a autarquia está sobre endividada em cerca de 30 milhões de euros e referenciam o culpado! Contrato das piscinas municipais!

Se o PS tivesse sido executivo desde 2002 ficamos a saber que Caminha seria um concelho sem Piscinas Municipais.

Desconhecerá este PS que durante anos, foi a Santa Casa da Misericórdia que se substitui ao município na construção de umas piscinas que acabaram por

fechar em 2010 e só não fecharam uns anos antes porque a Ancorensis assegurou o seu funcionamento e com isso permitiu que os nossos jovens, os nossos idosos e a população em geral usufruíssem de um equipamento como já todos os concelhos vizinhos tinham – isto em 2002!

No passado, os manifestos eleitorais do PS anunciavam projetos em papel, mas sem terrenos e sem candidaturas, embora colassem um desenho na revista municipal, só que o local eram afinal terrenos de particulares!

Todos, os manifestos eleitorais do PS anunciavam projetos em papel, mas sem terrenos e sem candidaturas, embora colassem um desenho na revista municipal, só que o local eram afinal terrenos de particulares!

Todos sabemos que o PS sempre foi contra a obra das Piscinas Municipais e até omitiu o esforço do Município na obtenção de candidaturas as quais eram sucessivamente chumbadas pelo Governo, certamente do Partido Socialista!

E, interrogação óbvia está aqui: O PS, neste 1º PA e Orçamento, não assume nenhum compromisso da realização de qualquer evento nas piscinas, ao longo de 2014!

Querer fazer crer que o município omitiu das contas o contrato de construção e o valor que aquele equipamento custará ao fim dos 23 anos de financiamento, é um desrespeitar uma vontade popular, expressa nas urnas e que legitimou a construção de tão importante equipamento que honra o nosso concelho.

Porque omitem que o município é dono de 49% do capital da sociedade Caminhaequi?

Argumenta ainda que, a autarquia, devido a excesso de endividamento provocado por opções anteriores, não tem capacidade nem possibilidade de se financiar para facilitar a execução de projetos…mas nós não aceitamos que seja essa uma desculpa para não cumprir o programa eleitoral do PS, onde incluímos os tuneis e os viadutos, a passagem da travessa do teatro ou a aquisição dos terrenos para a ZI de Vilar de Mouros!

No documento apresentado, na página das obras em PPI para 2014, estas no montante de 4.585.860€, que corresponde aos vários itens da rubrica 07-

Aquisição de bens de capital podemos ver que são projetos elaborados pelo executivo PSD, que V. Exas. antes discordavam e agora…são projetos capazes de catapultar o concelho…como bem afirma o Senhor Presidente da Câmara ao referir-se ao impacto imediato da concretização da obra da Biblioteca!

Estamos de acordo, sempre estivemos, V. Exas é que mudam de opinião consoante são poder ou oposição!

Aliás foi assim com o Cineteatro Valadares, que foi uma aposta do anterior executivo, mas V. Exas. que lá estiveram até 2001, nada fizeram, e é na verdade uma obra que veio dar nova imagem de modernidade ao nosso centro histórico a par, naturalmente, da obra de recuperação da Torre do Relógio, que agora é um edifício devolvido à população.

Ora, como se vê, desses projetos no montante de quase 5 milhões de euros V. Exas. inscrevem uma verba a receber de cerca de 3.300 milhões de euros, e a bancada do PSD fica satisfeita, porque eram projetos nossos, iriam com certeza fazer parte da proposta do PSD para 2014, para isso trabalhamos nestes 12 anos! V. Exas. só falaram em catástrofe económica ou financeira quando na verdade o PSD desenvolveu, tal como os restantes municípios socialistas do distrito, um trabalho sério, de articulação de projetos na medida em que as candidaturas têm que se articular no âmbito das comunidades urbanas agora CIM e antes Valimar. Não é por isso seriedade política falar na utilização num município que tem, ao contrário do que exaustivamente querem fazer crer uma situação controlada ao nível dos compromissos mensais e das receitas mensais.

V. Exas. omitem claramente que o município de Caminha terminou o ano de 2012 como sendo o 4º melhor pagador do distrito! O 4º melhor, é à frente de muito bons exemplos socialistas.

Na página 8 assistimos a mais uma demonstração de demagogia eleitoralista fazendo crer que apostaram numa redução de impostos na medida que a

variação para menos da receita orçamental de 2013, face à de 2014, é apenas em 5 rubricas:

- IMI que reduz de 3.000.000€ para 2.200.000€;
- Participação do IRS, que reduz de 513.364€ para 300.720€
- No saneamento, que reduz de 1.000.000€ para 500.000€
- Nos resíduos sólidos, que reduz de 1.000.000€ para 700.000€
- Nas rubricas sociedades reduzem de 2.000.000€ para 562.000€

Pela leitura destes números explica-se facilmente a redução dos 14% do orçamento de receita de 2014 face a 2013, em 3.369.240€.

O que V. Exas. sublinham como um esforço de planeamento, não passam de algumas alterações simbólicas, uma vez como se vê a seguir pela análise das despesas, no essencial, não passa de gestos simples feitos numa folha de cálculo, tira aqui e põe ali.

Não podemos deixar de lamentar a falta de ética e brio, diremos até desrespeito para com a AM, ao não apresentarem um documento no prosseguimento do que foi o do Orçamento e PPI de 2013, extraído do programa informático de contabilidade – que é MEDIDATA - e colocando uma fotografia de capa (por exemplo com o cineteatro Valadares!), e optaram por apresentar uma versão simplória de um documento, inclusivamente com erros de soma parcelar (onde está 87.000€ é 87.100€).

Contamos com uma dura realidade ou uma frustração, é que a redução do Orçamento e PPI 2014 faz-se essencialmente pelo lado do desinvestimento e não pela diminuição da despesa, uma vez que, despesa de capital reduz de 8.582.420€ para 6.049.516€, enquanto a despesa corrente reduz de 15.071.350€ para 14.236.014€ é aqui estão encontradas as justificações para a redução orçamental dos 3.389.240€.

Publicidade reduz de 190.000€ para 184.000€; estudos, pareceres e projetos reduz de 300.000€ para 102.000€; comunicações de 150.000€ para 112.000€, encargos com prestadores de serviços; fundos de emergência social 150.000€;

3 cantinas sociais a funcionar, a afluência das cantinas sociais é muito próxima das 4.000 refeições mensais, este valor poderá ser insuficiente.

Este orçamento é quase omisso na referência aos projetos da POLIS, só visualizo referência aos 10 mil euros para a marginal de Caminha! Omisso nas verbas para a tão propalada zona industrial de Vilar de Mouros! Aumentando apenas no orçamento para a cultura, talvez por serem os pelouros do Presidente, mas ainda assim pouco clarificados porque deixam de fazer parte do mapa das atividades mais relevantes, bem ao contrário do que foi o mesmo mapa apresentado no PPI de 2013.

Este orçamento consagra um vazio de ideias, é um hino à propaganda ideológica de falar sempre nas pessoas, mas esquece-as completamente!

Por todas estas razões e porque o PS não deu cumprimento ao Estatuto da Oposição, remetendo apenas cópia da folha de cálculo (errada) e acima de tudo, porque a redução deste orçamento faz-se à custa do desinvestimento e não pela diminuição da despesa, contrariando a premissa de que o anterior executivo tinha um orçamento com gorduras, se não cortam as gorduras porque não cortam a despesa, das duas uma, ou os anteriores orçamentos não tinham gorduras ou este orçamento continua com gorduras.

Vamos por isso votar contra."

O **Senhor Deputado Alberto Magalhães do partido Social Democrata** saudou todos os presentes deixando votos de um bom 2014 e leu:

"Após a análise do documento que dá conta das Grandes Opções do Plano deste executivo a que V. Exa. preside, fica-me a dúvida sobre algumas obras. Algumas delas são promessas do partido Socialista e que neste documento não estão bem esclarecidas.

1- Marginal de Caminha

Em campanha eleitoral colocaram V. Exas. cartazes prometendo uma nova marginal para a vila de Caminha, sem nunca referirem que essa obra estava

integrada num conjunto de projetos da POLIS. Essa obra, consta no PPI com a verba de 10.000 €! No orçamento de 2013 estavam previstos 500.000 euros. A nossa pergunta é, para que são os 10.000 euros inscritos no PPI? A marginal e a POLIS neste orçamento de 2014, são esquecidas?

2- Pinhais da Gelfa e do Camarido

Na versão inicial do PPI que foi remetido aos Senhores Vereadores estavam previstos 69 000 + 69 000 euros para estes dois itens. Na versão final do documento, as verbas atrás mencionadas desapareceram do PPI. Questionamos o seguinte: Será que a verba de 138 000 euros que aparece na rubrica de despesas de capital, dizem respeito às verbas acima referidas ou este valor diz respeito à segunda prestação da POLIS?

3- Parque Industrial de Vilar de Mouros

Sobre este assunto, ficamos perplexos, porque o executivo do Partido Socialista a que V. Exa. preside, depois de tantas promessas, não inscreve qualquer verba em PPI e Orçamento de 2014. Será esta mais uma das promessas que não serão concretizadas?

4- Valorização do Calvário e do Dólmen da Barrosa

Sobre estes assuntos, no caso do Calvário, inscrevem V. Exas. em PPI de 2014 o mesmo titulo que o Partido Social Democrata inscreveu em 2013 para a Pista de Skate, não percebendo V. Exas. que esse era o projeto inicial para a qual a Academia de Patins projetou, orçamento e executou os equipamentos, que depois não puderam ser instalados, e foram canalizados para o espaço disponível da Quinta da Barrosa. Pensamos que para 2014 deveriam ter eliminado a verba e inscrever uma nova que corresponderia ao que estava a ser feito na Quinta da Barrosa, de acordo com o projeto apresentado ao IGESPAR e de acordo com a nova disponibilidade de utilização das dias parcelas de terreno da Quinta da Barrosa, uma vez que em reunião de Câmara de 2 de maio de 2013, foi aprovado uma alteração das condições iniciais de

venda, fixando-se finalmente prazos e novas condições de entrega dos apartamentos que lhes eram devidos à quase 30 anos!

Ficamos sem saber o que o executivo a que V. Exa. preside pretende fazer. Ainda sobre este assunto, e porque é lamentável a vossa omissão, é público que o ex-proprietário da 3ª leira da Quinta da Barrosa, onde estão as Hortas Urbanas, está disponível para desistir da condição de ali ser construída habitação económica, tendo apresentado uma proposta da qual, também ao que sabemos, até hoje não obteve resposta! Portanto Senhor Presidente da Câmara Municipal, falar da Quinta da Barrosa e do Calvário, com os dados presentes no documento, parece-nos pouco sério.

5- Criação da marca Serra d'Arga

Aqui estamos plenamente de acordo. O executivo do partido Social Democrata deu passos significativos quando deu às Argas a possibilidade de serem reconhecidas internacionalmente, com o apoio inequívoco do evento Grande Trail da Serra d'Arga, apadrinhado ou promovido por um atleta de renome mundial como é Carlos Sá.

Aliás, nessa senda de apoio a projetos, mencionamos a exposição de pintura Arte na leira, do pintor Mário Rocha, a coragem de tornar segura a estrada das Argas. Significa que o Município liderado pelo partido Social Democrata deu passos importantes para que as Argas tenham tido reconhecimento público. É sempre importante relembrar o projeto de recuperação do Mosteiro de São João d'Arga, onde o Município, já em 2013, suportou o custo do ramal elétrico sem o qual o projeto não avançaria, e estamos a falar de algumas dezenas de milhares de euros de apoio! Daí ser defensável a instalação de um empreendimento com campo de golfe para uma maior valorização da Serra d'Arga. Importa ainda relembrar que o executivo aprovou para 2013 a isenção de 50% de taxas de recuperação de casas e as Argas são também beneficiadas com esta medida, logo todos os potenciais investigadores na

recuperação do património habitacional são incentivados com esta medida do município.

Caminhando na leitura das páginas do documento que V. Exas. apresentaram, nada vemos inscrito de apoio às medidas sociais, abrangidas pelos programas Caminhamiga, Caminhabita ou Caminha Solidária, apesar de em orçamento ainda estarem inscritas algumas verbas, pelo que se deduz que este executivo a que V. Exa. preside, só vai concluir as intervenções já orçamentadas e abandona a politica que se começou a desenvolver para apoio dos munícipes mais carenciados. Reconhecemos que alguns destes programas de solidariedade não tiveram a divulgação que todos desejávamos. Não queria terminar sem deixar ainda referir que o passeio dos idosos deixa de ser mencionado nas atividades mais relevantes logo, como ainda é o primeiro ano do executivo…entenderam "poupar" nesta despesa! Não nos parece que os nossos mais velhos mereçam deixar de ter de beneficiar deste dia de convívio.

É que, e aqui termino, os funcionários do município foram as primeiras vitimas desta anunciada "primavera da liberdade" ao não haver o almoço anual de Natal e, não venham dizer que era incapacidade de assumir esse compromisso! Claro V. Exas. argumentam sempre…e ainda a procissão vai no adro!"

O **Senhor Deputado Celestino Ribeiro da CDU** saudou os presentes e leu:

"Os documentos aqui apresentados para discussão e aprovação refletem uma previsão num quadro de exercício temporal limitado, favorecendo este executivo, determinando mesmo que, em benefício da dúvida, não se deva contrariar as intenções de quem, por direito eleitoral, foi escolhido pelo voto popular para liderar o município durante quatro anos. Mas tal não impede que os devidos reparos sejam aqui identificados, apreciados e defendidos com a mesma força de rigor e responsabilidade com que, em ato público, também este executivo quis expor aos munícipes a sua opção. Assim, importa antes de mais fazer nota de que a abertura ao cumprimento do estatuto do direito de

oposição não passou de uma frincha por onde pouca luz passou. À CDU foi apresentado um conjunto de seis páginas, num esboço ténue do que seria o orçamento e o plano plurianual de investimentos, pouco consolidado e sem grande abertura à introdução de propostas da CDU. Apesar do compromisso estabelecido, os documentos finais apenas nos chegaram no exato momento da convocatória desta reunião, após a aprovação em sede de Câmara Municipal, consolidando a intenção de não absorver quaisquer ideias de outro quadrante político. No entanto não deixa de ser positivo a tentativa de, de algum modo, fazer do Estatuto do Direito de Oposição uma lei vigente também no concelho de Caminha. No futuro, queremos acreditar, será possível o seu cumprimento integral.

Na verdade, o texto introdutório que se inclui nos documentos em votação testemunha a continuidade da tónica discursiva da propaganda eleitoral, não saindo desse registo e em nada contribuindo para o efetivo e necessário estabelecimento de uma real definição estratégica, mantendo apenas no ar essa vontade, mas nada fazendo para que a identidade do concelho de Caminha se assuma, e com ela se sinta o crescimento económico, industrial e comercial, fixando as populações e estabelecendo horizontes de vida mais prolongados, capazes de promover a decisão e a opção das famílias de se estabelecerem neste município, nos Vales do Âncora e Coura-Minho. Não obstante esta realidade, todo o folclore envolvido na incapacidade financeira da Câmara Municipal, por mais certa e justa que seja, promoveu o declínio na credibilidade de um município frágil, assistido e com urgência em se afirmar responsável e capaz de honrar os seus compromissos. E mais, feito ao jeito do anterior executivo, sem dados e identificação dos números e dos autores que hoje realizam uma auditoria; tal como no passado, apesar das nossas dúvidas, e sempre que questionávamos o aumento da dívida, obtinha-mos a resposta de que o município se encontrava muito abaixo do limite do endividamento, baseado em dados técnicos da Câmara Municipal, sem mais explicações.

Acresce ainda que outras verdades ficam caídas ao longo do alarde social prévio à chegada destes documentos a esta assembleia, e que tornariam mais real e factualmente mais esclarecida a informação prestada. Na verdade há um decréscimo orçamental, face a 2013 de 14,2%, valores não revistos, o que pode significar cerca de 15%, mas a ordem de grandeza mantém-se face a orçamentos anteriores, à exceção de 2011, ano anómalo, mas que também registou a menor taxa de execução orçamental. Por outro lado há a contratualização feita ao abrigo do PAEL, num valor de 2281968,63 €, com as implicações decorrentes das obrigações do município, também no controlo orçamental. Mais ainda, o município perde em receitas de impostos e em transferências do Estado, esta última, segundo dotação em orçamento de Estado na ordem dos 6%. Tudo somado implica de facto a produção de um orçamento inferior, com restrições e cuidados redobrados, fruto de opções do passado e das condicionantes impostas pelo Governo e dos seus aliados da troika. Estas realidades não devem ser esquecidas desta análise e estranha-se que num momento crítico, partindo de um executivo que se quer afirmar pela participação e envolvimento coletivo, tenha perdido demasiado tempo e feito demasiado eco de outras razões que servem a política partidária mas não o município de Caminha. Tal não significa esconder ou ignorar, desculpando sem mais o legado deixado pelo anterior executivo, mas tão só dar prioridade ao projeto municipal, deixando que as averiguações e, se caso houver necessidade, as decisões finais, venham a justificar apuramento de responsabilidade.

Se estas razões podem apoiar o executivo na defesa das Grandes Opções do Plano e Orçamento, outras há que nada a sustentam. Se por um lado concordamos que este não é o momento de grandes obras, sobretudo aquelas de avultado valor e sem retorno a curto ou médio prazo para o município, não deixamos de discordar que o plano não alimente projetos de futuro, inovadores e capazes de fixar investimento e dinâmicas comerciais e industriais. As apostas sociais são de facto bem-vindas, mas teremos de convir que tal é uma

continuidade. Esta foi aliás uma das poucas áreas em que o executivo anterior soube trabalhar em parceria e em decisões coletivas com trabalho reconhecido. Mudar os nomes e criar um fundo de emergência social não é uma inovação, mas acima de tudo não combate o estado de emergência em si mesma. A educação, como tivemos oportunidade de defender, não será foco de desenvolvimento se não houver um contínuo educativo e formativo no concelho, capaz de manter jovens no nosso espaço territorial durante e após a sua formação. A aposta na sazonalidade continua, estranhamente, a ser a tónica dominante; senão vejam-se as atividades mais relevantes praticamente todas centradas nos meses de junho, julho e agosto. O investimento no turismo, em sede de plano plurianual, resume-se, uma vez mais, às intervenções nos acessos a praias. Há um grande investimento previsto na iluminação pública, mas falta luz para indicar um caminho de sucesso para Caminha.

No final do ato eleitoral último, gritou-se, assim se divulgou, liberdade, mas nem os 40 anos do 25 de abril serão considerados uma atividade relevante para Caminha. Seria uma forma de distribuir no tempo as atividades municipais, dando corpo e identidade às palavras proferidas, caso elas não fossem isso mesmo, palavras. E tem até havido vontade da sociedade civil em lembrar esta data, com iniciativas de grande valor cultural e de identidade patriótica e democrática. Mas da mesma forma se ignoram outras possibilidades, que também partilhamos ao de leve com este executivo, num único momento de diálogo, entre as quais destacamos o envolvimento ativo do município no Caminho de Santiago, criando uma disponibilidade de albergues municipais, bem como a utilização destes e de outros recursos hoteleiros e de abrigo para o turismo de montanha, das simples caminhadas aos percursos histórico-culturais, da gastronomia que une os vales e os entregam ao mar, da paisagem e do descanso que possibilitam. Mas também no investimento na criação de redes de inovação e de criação de pequenas de médias empresas, seguindo modelos cooperativos que congregam disponibilidades e vontades de

vários munícipes, dotando o concelho de estruturas capazes de acolher, sob incentivo, essas iniciativas. Mas tal como o anterior executivo apostou na marca Município de Caminha, temos agora a aposta na marca Serra d'Arga como paradigma de progresso, sem que daí se veja um resultado líquido quer na promoção, quer nos investimentos público e privados, independentemente de até considerarmos positivo a recuperação do mosteiro de São João d'Arga, apesar do elevado montante não definido registado no plano. Mas até nesta lógica de marcas, é na promoção, na divulgação efetiva, na capacidade de publicitar positivamente o município que algum sucesso pode ser conseguido, mas que a diminuição de disponibilidade financeira para este fim pode contrariar.

Finalmente importa salvaguardar que este não é o orçamento e plano defendido por nós; não rompe com o passado e o realismo promovido decorre de imposições externas; não promove o crescimento nem, em nosso entender, concorre para o que é defendido no preâmbulo pelo executivo, apesar da salvaguarda dos quatro anos de mandato; não determina a afirmação do concelho nem o identifica; não envolve nem agrega e acima de tudo não potencia, sendo mais do mesmo, só que com menos. Contudo o curto tempo de exercício dita a não observância de algumas das medidas defendidas, tais como o orçamento participativo e a auscultação aprofundada da população. Assim, a CDU não será contra as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2014, mas numa afirmação coerente do que defende não votará favoravelmente, optando pela abstenção, dando desta forma a possibilidade de execução à Câmara Municipal, mantendo a sua atenção, redobrando o sentimento que o princípio de rigor seja escrupulosamente seguido e mantido durante o exercício. Por outro lado aguardamos também com expectativa a realidade dos números que brevemente serão apresentados a esta assembleia sobre prestação de contas de 2013.

Disse."

O **Senhor Primeiro Secretário da Assembleia Municipal João Alberto Silva** saudou os presentes e disse que não se pode comparar o que foi feito em 75 dias com o que foi feito por um executivo no poder durante 12 anos, isso seria uma luta entre David e Golias. Seguidamente leu:

" A minha intervenção seria diferente mas perante aquilo que ouvi aqui ao Senhor Deputado do PSD, não posso deixar de partilhar o meu espanto e de desmascarar uma série de argumentos falaciosos, só possíveis em quem ainda não compreendeu a realidade e vive num mundo de ficção que foi sendo alimentado ao longo dos anos até ser derrotado pelos caminhenses nas urnas.

O Senhor Deputado critica que nada foi feito; que só se fala do passado. O Senhor Deputado esqueceu-se certamente que foi este executivo que lançou a empreitada da biblioteca de Caminha, do Mosteiro de S. João d'Arga, da ciclovia do Minho com troços em Seixas e Lanhelas, começou as obras de reparação do Cais de Caminha com a recolha dos destroços, algo que o anterior executivo não conseguiu fazer num ano. Foi este executivo quem organizou uma programação de natal e fim de ano sem paralelo, em coorganização com o Movimento de Empresários e sem conflitos. Foi este executivo que em poucos dias montou toda a estrutura das atividades extra curriculares que os antecessores não tinham preparado; foi este executivo quem conseguiu chegar a um entendimento com A Guarda para começar a receber imediatamente a receita do Ferry; foi este executivo quem teve de resolver o imbróglio que resultou da entrada de 36 novos funcionários com o quadro da Câmara, 24 só no mês das eleições, ameaçando 13 pessoas de despedimento; foi este executivo quem reiniciou as obras na Avda. Manuel Xavier paradas por incúria do anterior executivo; foi este executivo quem garantiu o financiamento para se iniciar, já este mês, a obra de preservação do cordão dunar de Moledo; foi este executivo que trouxe já a Vila Praia de Âncora o Diretor Norte da REFER, entidade com quem a Câmara tinha cortado relações para começar a preparar uma solução para a Travessa do Teatro. É este executivo quem vai avançar já com as obras de qualificação da EN305,

algo que há muito se espera; é este executivo quem tem lutado junto da CIM, da POLIS, do Governo para resgatar as oportunidades de financiamento que outros desperdiçaram; foi este executivo que baixou o IMI e a taxa variável de IRS, num momento tão difícil para as suas finanças; e agora vêm os senhores deputados criticar que a Câmara está parada! Numa coisa têm razão, este executivo, desde que tomou posse não assumiu ainda nenhum compromisso, porque esse ato seria ilícito e faria incorrer os Vereadores e o Presidente em responsabilidade criminal e civil; este executivo não faz nem fez o que anterior fez, na eminencia de ser responsabilizado por decisões ilícitas. Recordo os números apresentados pelo Presidente da Câmara numa reunião e não contraditados no final do mês de julho, os números dos fundos disponíveis da Câmara eram negativos, em agosto piorou e no final de setembro eram de 3.8 milhões negativos.

Não queria deixar também de relembrar que de facto o anterior executivo tem uma obra, conforme foi dito, de 57 milhões, mas não há duvida nenhuma que toda a gente neste momento tem consciência de que quem vai ter de pagar é o atual executivo."

O **Senhor Presidente** disse que há questões que pretende explicar, outras de esclarecer e outras de repudiar por completo.

Referiu-se à intervenção do Senhor Deputado João Alberto Silva disse que colocou questões que julga fundamentais. Disse que durante 12 anos, houve um papel desempenhado pelo anterior executivo e existem questões que não foram respondidas em 12 anos e estas não se resolvem em 77 dias mas resolveram questões como as que foram elencadas pelo Senhor Deputado.

Começou por referir que a sessão da Assembleia está a ser acompanhada em casa, pelas pessoas, através da internet e esse foi um compromisso assumido e cumprido; disse que o atual executivo em 77 dias, perante os fundos disponíveis negativos que encontrou, baixou-os para 1.2 milhões de euros, ou seja, abateu, 1.6 milhões de euros na indisponibilidade financeira da Câmara;

afirmou que, perante a divida de quem apoiava as freguesias de 230 000 euros, o executivo cumpriu os compromissos assumidos e não pagos pelo anterior executivo baixando assim a divida para com as freguesias para 170 000 euros.

Respondendo às questões levantadas pelo Senhor Deputado Celestino Ribeiro, disse que, no que diz respeito ao cumprimento do estatuto de oposição, o Senhor Deputado referia-se não ao cumprimento da Assembleia Municipal mas sim ao facto de transmitirem à CDU, após as reuniões que tiveram, logo que o lapso foi detetado, tudo foi corrigido. Em relação à auditoria, disse que logo que tenha o relatório final, o mesmo será discutido publicamente. Disse que a opinião do Senhor Deputado é respeitosa e que é em sentido oposto às intervenções dos senhores deputados do PSD que afirmam que há um desinvestimento e que não deveria existir o corte.

Em relação à questão do Fundo de Emergência Social disse que não se trata de uma mera alteração dos nomes; disse que no anterior executivo existia uma planificação do Plano de Emergência Social mas, perante a situação difícil em que se encontra o concelho, o anterior executivo gastou 450 euros; no que diz respeito ao programa Caminhabita, disse que o programa existiu mas é necessário saber fazer uma avaliação dos programas e avaliar se os mesmos são uteis, já que os técnicos da Câmara elencaram 4 obras na aplicação do programa Caminhabita e após avaliação dos mesmos, a conclusão do parecer técnico é que as obras não eram elegíveis ou seja, não cabiam em situações de emergência social; assim há a preocupação de que estas questões sejam ligadas ao que é social e não a outras questões.

Disse que no orçamento não há uma referência ao 25 de abril porque este orçamento não elenca tudo mas será feita uma sessão solene no 25 de abril onde todos os partidos terão intervenção e voz.

Explicou que o facto das questões do orçamento participativo não constarem do PPI, tem a ver com o facto de prepararem um modelo de orçamento participativo para o município de Caminha, que decorrerá durante o ano e que

permitirá que as propostas sejam incluídas no próximo orçamento. Explicou que existem questões que não estão colocadas no PPI porque os municípios colocam uma previsão abstrata no PPI sobre determinada matéria para que quando existir capacidade para avançar se possa avançar sem ter que ser aprovado em Assembleia Municipal já que até determinado montante basta ser aprovado na Câmara Municipal.

Em relação ao que o Senhor Alberto Magalhães disse sobre a questão da Marginal e da previsão de 10 000 euros, afirmou que o caso da Marginal de Caminha é o exemplo claro da incompetência e da inépcia e da má imagem que Caminha deu durante muito tempo. Disse que quando começou a participar nas reuniões da Polis Litoral Norte todos o olhavam "de lado" e Caminha não era "tida nem achada" nas decisões; afirmou que até o Governo tinha vergonha da Marginal de Caminha comparando com o que foi feito na Marginal de Esposende; Viana do Castelo aproveitou bem o apoio dado e Caminha não fez nada, tinha 5 milhões para fazer todo o projeto da Marginal, tinha um anteprojeto aprovado depois do concurso pelo arquiteto Paulo Calapez e não fez nada, mas a um dia do início da campanha eleitoral fizeram "à pressa" uma apresentação no Teatro Valadares de fotografias e maquetes virtuais. Foi uma oportunidade perdida e, juntamente com os Senhores Vereadores, tem procurado recuperar financiamento para poder fazer uma obra estrutural para o concelho de Caminha que tenha capacidade de projetar Caminha mais além.

Sobre os 69 000 euros referente à requalificação da Gelfa e do Camarido, disse que é a verba necessária para a recuperação da zona envolvente ao Campo Morber e ao Campo do Âncora Praia. Disse também, em relação ao passeio dos idosos e ao almoço de natal dos funcionários, que não houve almoço de natal porque a situação financeira da Câmara não o permitia e os funcionários da Câmara são os primeiros a reconhecer esta situação mas poderão seguir a linha do PSD que nos últimos 4 anos, só no último ano é que realizou o almoço de natal; afirmou que o que vão fazer é gerir os dinheiros do

município e se tiver que optar entre fazer uma obra importante para o concelho e realizar o almoço de natal, sabe que os funcionários da câmara compreendem que essa não é a prioridade; sobre o passeio dos idosos disse que pensava que lhe perguntaria, não sobre a realização ou não do mesmo, mas sim quando é que se realizaria o passeio já que normalmente é em outubro mas nos anos de eleições acontecia em setembro.

Relativamente à intervenção da Senhora Deputada Lilita Gonçalves e do Senhor Deputado José Luís Lima e às obras que são "nossas" ou não, pensa que há algumas confusões; referiu-se a Vilar de Mouros e disse que o festival nasceu antes do 25 de abril, mas foi com os executivos socialistas que ele renasceu já que foram os executivos do PSD que o destruíram; em relação à Feira Medieval, disse que foi o executivo socialista que a iniciou; relativamente à Biblioteca, disse que é um ponto em que estão de acordo mas os Senhores Vereadores do PSD opuseram-se, disse que o trabalho que pretende desenvolver não é o de destruir tudo o que encontra e começar tudo de novo, sempre disse que pretende aproveitar o que há de bom e se fez no passado e dar-lhe uma continuidade e em relação à biblioteca foi o que fizeram, aproveitaram um projeto existente. Sobre as piscinas, disse que não está contra a obra mas sim contra algo pensado num momento de dificuldade e que custa aos munícipes 5 milhões de euros o que leva a que os contribuintes paguem 20 milhões de euros e tem um custo agravado, todos os meses, que não conseguem rentabilizar. Criaram uma PPP para construir as piscinas, que estão a estudar com algum cuidado. Disse que terá que ser feito o debate sobre as piscinas de Vila Praia de Âncora e a sua sobrevivência já que gostaria que as pessoas pudessem usufruir das mesmas mas que estas fossem rentáveis e que perdurassem.

Sobre a a linguagem do orçamento que está a aprovação, disse que o Senhor Deputado José Luís Lima não deve ter lido os orçamentos dos anos anteriores já que eram documentos meramente panfletários e o que está a ser apresentado, não é; é um documento sintético mas que vai ao essencial.

No que diz respeito à intervenção do Senhor Deputado Rui taxa, disse que colocou questões interessantes sobre o “medo de investir”; afirmou que não tem “medo de investir”, têm que ser racionais e perceber os recursos de que dispõem percebendo a capacidade que têm para acorrer ao que está a decorrer para depois poderem investir. Afirmou que de nada serve falar em desinvestimento e lembrou que durante a campanha eleitoral todas as forças partidárias diziam que este não é o momento de grandes obras e sim o momento de investir nas pessoas. Reafirmou que não é medo mas sim racionalidade. Afirmou que existem outras câmaras endividadas mas não concorda que o endividamento da Câmara de Caminha seja saudável e virtuosa, primeiro porque assumem que há uma divida de 16,6 milhões de euros e tanto é assim que os vereadores do PSD, perceberam isso no último momento e estornaram 1 milhão de euros na véspera da tomada de posse do novo executivo; disse que, em relação à descida dos impostos o PSD não concorda mas essa foi uma opção baseada no facto das famílias não terem de suportar as irresponsabilidades dos decisores políticos. Agradeceu as questões colocadas já que assim pode esclarecer melhor as pessoas. Afirmou que este é um orçamento que reflete a realidade, as pessoas precisam de uma Câmara ágil, forte e que esteja ao lado das pessoas, ao lado das juntas e que possa, daqui a um tempo, ter a capacidade de acorrer às dificuldades e cumprir com os compromissos assumidos.

O **Senhor Vereador Flamiano Martins do Partido Social Democrata** pediu uso da palavra em defesa da honra e disse que os vereadores do PSD não votaram contra as obras da biblioteca e da ecovia, abstiveram-se.

O **Senhor Deputado José Luís Lima do partido Social Democrata** pediu uso da palavra em defesa da honra e disse que o Senhor Presidente afirmou que o Festival de Vilar de Mouros e a Feira Medieval não tiveram início com os executivos PSD insinuando que mentiu. Afirmou que viveu 23 anos em Vilar de

Mouros, é natural de Vilar de Mouros e sabe com que executivo foi retomado o festival. Disse que se lembra quando é que a Feira Medieval iniciou e não foi com o PS.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 25 votos a favor, 8 votos contra e 2 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

c) Regulamento Provedor do Munícipe de Caminha

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de quatro de dezembro de dois mil e treze, relativa ao **"Regulamento Provedor do Município de Caminha",** conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.
Assim e porque compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, aprovar os Regulamentos com eficácia externa do Município, **propõe-se** que este órgão deliberativo aprove a proposta do Regulamento Provedor do Munícipe de Caminha.

O **Senhor José Luís Lima do Partido Social Democrata** perguntou se, na eventualidade deste regulamento vir a ser aprovado, se o provedor do munícipe é remunerado e no caso de não ser perguntou que tipo de despesas poderão surgir com a criação do provedor do Munícipe.

O **Senhor Deputado Rui Taxa do partido Social Democrata** convidou os senhores deputados a lerem o 1º ponto: "Artigo 1- É criado no município de Caminha o provedor do munícipe que tem como função principal a defesa e a promoção dos direitos, liberdades, garantias e interesses legítimos dos cidadãos, assegurando através dos meios informais a justiça e a legalidade do exercício dos poderes públicos". Perguntou o que é que a Assembleia Municipal andou a fazer ao longo do tempo e se terão mais um deputado municipal ou se, eleito o provedor, a Assembleia deixa de existir.
Em relação ao ponto 4 "Designação- O provedor do munícipe é proposto pelo Presidente da Câmara e eleito por maioria simples pela Assembleia Municipal de Caminha". Afirmou que a Assembleia simplesmente votará aquilo que vem imposto pelo Senhor Presidente da Câmara, não têm a possibilidade de escolher, o Senhor Presidente tem em ideia um candidato, mas a bancada do PSD, PS ou da CDU também poderão ter e desta forma é negada a possibilidade de discutir e votar livremente de entre vários candidatos. Disse que votará contra e aconselhou os senhores deputados a pensarem bem nesta proposta de regulamento já que lhe parece que é também inconstitucional.

O **Senhor Deputado Celestino Ribeiro da CDU** leu:
"A criação da figura do provedor do munícipe encerra em si mesma a afirmação voluntária de que o munícipe tem dificuldades na afirmação dos direitos, liberdades e garantias consolidadas num estado de direito como o é o nosso. Só suspeitando de tal desrespeito se pode fazer esta proposta, o que noutro tempo poderia até fazer sentido. No entanto, independentemente de ser ou não razoável, de ser ou não urgente esta medida, de se ignorar que existem mecanismos legais para que qualquer munícipe possa recorrer ou queixar-se do tratamento administrativo, havendo inclusivamente disponibilidade on-line no site da câmara municipal, só pensando-se na desconsideração política, e só nesse quadro, é que a figura do provedor do munícipe faria sentido. No entanto

isto significa afirmar que no atual quadro político governativo do município haverá espaço para essas ações nada democráticas, o que queremos desde já rejeitar. No entanto o próprio regulamento obriga-nos a medir intenções pouco altruísticas e transparentes desta medida. Senão vejamos. Não há qualquer poder decisório por parte do provedor, o mesmo será dizer que mesmo dando razão ao munícipe o provedor é incapaz de fazer valer a razão do cidadão. Por outro lado, afirma o regulamento no seu artigo 3º que o provedor dirige ao presidente da Câmara as propostas necessárias à correção de atos ilegais; ora, nenhum ato ilegal deve ser praticado, e a sê-lo compete à assembleia municipal, no âmbito do seu poder de fiscalização, repor a legalidade e reprimir a ação ilegal da câmara municipal, o que seria em tudo indesejável, mas a simples inscrição desta possibilidade no regulamento é no mínimo um alerta à atenção às ações executivas.

Mas se o provedor deve pautar o seu exercício de forma desligada dos poderes políticos, então os artigos 4º e 6º são contrários a essa condição. O primeiro porque decide que o provedor é proposto pelo presidente da câmara municipal, e o segundo porque dá também ao presidente da câmara o poder de cessar as funções do mesmo provedor que ele próprio escolheu. Significa então que o provedor será alguém da confiança do presidente da câmara, e caso essa confiança se perca, o provedor é retirado do cargo. Ora então significa que o provedor não agirá contra o poder político, sob pena de ser destituído, restando apenas a capacidade de agir contra os funcionários municipais, antevendo a possibilidade de processos sumários, se por acaso for essa a indicação do provedor. Voltamos então a reafirmar que o tratamento administrativo está já a vigorar em defesa do munícipe, não se julgando necessário sobrepor defesas, mas sim fazer com que o que existe se cumpra, estando garantido o serviço ao munícipe nas condições que a lei confere.

Por fim, a inutilidade maior é assumida no artigo 10º ao garantir que o provedor não tem competência para anular, revogar ou modificar os atos dos órgãos

municipais, como de resto não poderia deixar de ser, dando-lhe a configuração de um mediador de conflitos.
Pelas razões apontadas seremos contra o presente regulamento.
Disse."

O **Senhor Presidente** explicou que a ideia vem na sequência do programa eleitoral que apresentou, é o cumprimento de um compromisso eleitoral mas é algo que pensa ser importante e que acrescenta à figura dos senhores vereadores, dos senhores deputados, dos senhores presidentes de junta; é uma figura diferente e tem um papel diferente no âmbito da informalidade e da mediação mas que tem algumas restrições; disse que a ideia é criar uma figura com uma ligação não institucional à população e à comunidade, que possa servir de mediação direta entre o munícipe e a própria Câmara Municipal. É a possibilidade que se dá de alguém que tem tentado resolver um problema junto de determinado serviço fazer outro tipo de interpelação através do Provedor, trazendo questões que os serviços desconhecem.
Esclareceu que, neste modelo proposto, a figura do provedor não tem qualquer remuneração, simplesmente terá um funcionário da câmara que organizará a sua agenda e fará a gestão da correspondência.
Disse que esta não é uma figura nova, nem no município, nem noutras instâncias; existem vários provedores e não há nenhuma novidade; não se substitui a ninguém, não concorre com ninguém, é sim mais um instrumento que dá à comunidade para poderem fazer vincar os seus direitos, ou seus deveres ou a sua perceção sobre determinado assunto.
Afirmou que há um tema para o qual é particularmente sensível, referiu-se à crítica por parte dos senhores deputados, no artigo 4º, que se refere à nomeação do provedor em que se diz que a indicação é feita por indicação do Presidente e decisão da Assembleia Municipal; admite que essa não é a melhor redação e não corresponde ao espirito que quis colocar nesta matéria e que poderia haver uma correção; disse que em reunião de câmara propôs o

nome do provedor, foi votada e aprovada; explicou que seguiu o modelo que é feito para o caso dos provedores e que estão criadas as condições para a criação de um novo instrumento que dinamiza o município e apelou para que os senhores deputados aprovassem a proposta apresentada.

O **Senhor Deputado Rui Taxa do partido Social Democrata** fez interpelação à Mesa já que, com a intervenção do Senhor Presidente, surgiram novos dados. Disse que o que o Senhor Presidente acabou de dizer que o que consta no artigo 4º "não é bem o que queria dizer" e estaria, eventualmente, na disposição de o corrigir.
Sugeriu que o ponto fosse retirado, as correções fossem feitas e, numa próxima Assembleia, voltariam a discutir esse ponto.

O **Senhor Deputado Celestino** Ribeiro da CDU disse que a sua interpelação vai também no sentido de se aliar à proposta que foi feita já que foi demonstrada disponibilidade para alterar a redação do regulamento; propôs não só a alteração do ponto 4º mas também do ponto 6º uma vez que a nomeação por parte da Câmara é "estranha" e nunca deveriam aprovar este tipo de redação.
Neste sentido, disse que faz da CDU a proposta feita pelo Senhor Deputado Rui taxa do partido Social Democrata.

O **Senhor Presidente** disse que é difícil que cheguem todos a um consenso, mas nesta matéria gostava que houvesse um consenso forte. Disse que não está em causa o nome proposto, até porque não chegaram a discuti-lo, mas sim a criação de um regulamento municipal que vão corrigir para que possam iniciar um novo caminho, assim propôs que o ponto, bem como o seguinte, fossem retirados para que possam ser corrigidas algumas falhas.

Assim o **Senhor Presidente da Mesa** retirou os pontos c) e d) da ordem de trabalhos.

d) Criação do provedor do Munícipe de Caminha

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de quatro de dezembro de dois mil e treze, relativa à **"Criação do Provedor do Munícipe de Caminha",** conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.
Assim e porque nos termos da alínea k) do n.º2 do art.º25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal pronunciar-se e deliberar sobre todos os assuntos que visem a prossecução das atribuições do Município, **propõe-se** que este órgão deliberativo aprove a Criação do Provedor do Munícipe de Caminha.

Proposta retirada

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 0 votos a favor, 0 voto contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 0 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

e) Autorização para Abertura de procedimento e Ratificação

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de dezoito de dezembro de dois mil e treze, relativa à **"Autorização para Abertura de Procedimentos e**

Ratificação", conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque compete à Assembleia Municipal, conceder prévia autorização para abertura dos procedimentos, que deem lugar a encargos orçamentais em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, **propõe-se** que este órgão deliberativo autorize a abertura dos procedimentos identificados na proposta da Câmara Municipal aqui em discursão e ratifique todos os atos já praticados.

O **Senhor Deputado Rui Taxa do partido Social Democrata** leu:

"Sr. Presidente,

O Grupo do PSD desta Assembleia Municipal vai abster-se neste ponto da ordem de trabalhos, tal como fizeram os Srs. Vereadores em reunião camarária, por entenderem que este executivo devia ter apostado na requalificação da Casa Sidónio Pais, para o Museu da Presidência no Concelho de Caminha.

Depois do executivo anterior ter dado todos os passos – comprar propriedades, executar projetos, aprová-los nas instâncias superiores – para avançar com a requalificação do Mosteiro de S. João de Arga, Ecovia Seixas – Lanhelas, Biblioteca Municipal de caminha, é salutar verificar que o atual executivo avança com esta carteira de obras.

No entanto estranhamos e ficamos desiludidos com a decisão deste Executivo, pois à semelhança dos projetos que agora estão à espera para abertura concursal, o projeto de reconstrução da Casa Sidónio pais, para Museu da Presidência, fica adiado.

Sr. Presidente,

Tão cedo não haverá nova e tão boa oportunidade para nos candidatarmos, com a probabilidade de aprovação que agora deixamos escapar.

Sr. Presidente,

Bastava o executivo fazer o mesmo que fez para estes projetos que estão agora para autorização de abertura concursal.
Apenas mandar candidatar.
Sr. Presidente,
O que o anterior executivo preparou não era um simples Museu que poderia não ter qualquer importância no espectro museológico do Concelho de Caminha.
Tratava-se de um espaço, com uma parte dedicada à Presidência da Republica e com outra parte dedicada a Sidónio Pais, também Presidente da Republica e ainda englobando um espaço para exposições itinerantes, patrocinadas pelo Museu Nacional da Presidência da Republica.
Não tem o Museu Nacional da Presidência da Republica, um polo semelhante a este, em nenhum Concelho do país.
Seria Caminha, o primeiro e, talvez o único.
Com a possibilidade de ficar ligado e disponível on-line com as suas Bibliotecas e Escolas.
Veja-se a importância que o Concelho de Caminha ganharia ao ter este equipamento, para permitir a historiadores, escolas, associações, o estudo da nossa história.
Mas se no aspeto museológico é uma perda imperdoável, o que dizer ao facto de se deixar este espaço em ruinas, na rua mais medieval de Caminha e, ao lado da Igreja matriz, o nosso mais importante monumento.
Com candidaturas a financiarem 85% do investimento, com a possibilidade de apoio da Presidência da Republica, não compreendemos esta decisão que prejudica o futuro do nosso Concelho.
Saiba Sr. Presidente, que connosco no executivo, esta oportunidade não seria desperdiçada."

O **Senhor Presidente** disse que a obra da Casa Museu Sidónio Pais estaria apta a entrar nesta via de financiamento que foi aberta. Referiu que o esforço

da Câmara foi o de, em poucos dias, alavancar projetos que tinham vindo a ser trabalhados pelo anterior executivo colocando-os em forma de candidatura mas, tal como noutras situações, tiveram que fazer opções já que não dispunham de dinheiro para todos os projetos. Disse que é uma opção que poderá ser criticada mas, olharam para os quatro projetos e analisaram a capacidade financeira que tinham e a Casa Sidónio Pais tinha algo que fez com que ficasse logo atrás dos restantes projetos e explicou que, apesar de ser um financiamento de 85%, no caso da Casa Sidónio Pais, o financiamento só abarcava o edificado, o levantamento da casa, todo o equipamento que rondaria um valor de cerca de 300 000 euros, não era comparticipado o que fazia com que fosse necessário um esforço de investimento financeiro que não dispõe. Optaram assim pelas três obras podendo absorver, provisoriamente, algum do potencial imaterial daquilo que poderia vir a ser a exposição da Casa Sidónio Pais, a partir da nova biblioteca, ou seja, ter um espaço que sirva para valorizar aquilo que é o património material bem como manter o diálogo que houve entre os serviços do Museu Municipal, com o Museu da Presidência. Assim, disse que o facto de ser um valor muito elevado de cofinanciamento por parte da Câmara Municipal, porque não envolvia o recheio da casa, acrescido ao facto de não terem capacidade financeira para tudo e terem que fazer uma opção em abono da racionalidade, conjugado com o facto de poderem ter um pouco da casa Sidónio Pais dentro da nova biblioteca, justifica a opção feita.

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 25 votos a favor, 0 votos contra e 9 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 34 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

f) Proposta de alteração à constituição do grupo de trabalho para elaborar o projeto de regimento da Assembleia Municipal

Dada a importância maior da representatividade eleitoral, e assumindo-se o regimento como documento fundamental do exercício dos eleitos municipais e presidentes de junta de freguesia, e reconhecendo que a qualidade de eleito estabelece o quadro político sufragado pela população, torna-se fundamental que o grupo de trabalho para a elaboração do projeto de regimento da assembleia municipal, enquanto comissão eventual, garanta o contributo das três forças políticas que, na qualidade de eleitos municipais, estão representados nesta assembleia. Assim, a CDU-Coligação Democrática Unitária propõe que a constituição deste grupo de trabalho passe a ser a seguinte:

Do Partido Socialista:

- o eleito municipal Rui Miguel Rio Tinto Lages

Do Partido Social Democrata

- o eleito municipal Narciso da Costa Correia

Da CDU – Coligação Democrática Unitária

- o eleito municipal Jorge Paulo de Sá Alves

O **Senhor Deputado Rui Taxa do partido Social Democrata** apresentou as desculpas formais à bancada da CDU e disse que a não inclusão de um membro da CDU se tratou de um lapso que não deveria ter acontecido e por isso apresentou um pedido de desculpas.

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 34 votos a favor, 0 voto contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 34 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

O **PRESIDENTE DA MESA** agradeceu a todos os presentes a colaboração e declarou encerrada a Sessão, quando eram 00H30M, do dia 04 de janeiro de 2014, da qual, para constar e por estar conforme, se lavrou a presente Ata, que vai ser assinada pelos membros da Mesa.

O Primeiro Secretário

_____

(João Alberto Silva)

A Segunda Secretária

_____

(Sónia Lajoso)

O Presidente

_____

(Luís Augusto Pestana Mourão)